

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 7.506, DE 2002

Altera dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, relativos à antecipação dos efeitos de tutela e aos pedidos de liminar em ação cautelar.

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado Arthur Oliveira Maia

I - RELATÓRIO

Vem, a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, a proposição em epígrafe de autoria do Poder Executivo, com o objetivo estabelecer, tanto na tutela antecipada quanto nas medidas cautelares, a necessidade de ser a parte, contra a qual será intentada a medida, intimada com prazo de dez dias.

Justifica o autor:

“O Projeto de Lei objetiva aprimorar o procedimento do pedido de antecipação dos efeitos da tutela e das medidas cautelares, com vista a prover de maior segurança as relações jurídicas. Após anos de aplicação, esses institutos têm a necessidade de ajustes normativos quanto a seus limites.

A prática tem demonstrado o acerto das maioria das decisões de caráter urgente, mas há relevante volume de casos de abuso em pleitos liminares (inaudita altera parte), principalmente quando o demandante pleiteia, indevidamente, a disponibilidade de determinado bem da vida, então

integrado ao patrimônio do demandado, antes da oportunidade de qualquer manifestação ou defesa”

A matéria tramita conclusivamente, nos termos do art. 24, II, do Regimento Interno, razão pela qual foi aberto o prazo para o oferecimento de emendas. Encerrado o prazo, foi apresentada uma Emenda Aditiva, de autoria do Deputado PAES LANDIM, acrescentando ao § 8º do art. 273 da Lei nº 5.869/73 (CPC) alterado pelo art. 1º da Proposta, a expressão *“por parte do demandante”*, objetivando tornar o dispositivo mais claro em seu propósito.

O Deputado PAES LANDIM apresentou, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, Requerimento solicitando a retirada de tramitação da citada Emenda Aditiva de sua autoria.

Nos termos do art. 32, IV, “a” e “e” do Regimento Interno, compete-nos a análise da constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Sob o ponto de vista da constitucionalidade, não temos objeções à matéria. A iniciativa é deferida ao Poder Executivo (art. 61), e a sua análise, no âmbito da União (art. 22, I), deve ser feita pelo Congresso Nacional (art. 48).

De igual modo, não temos obstáculos de ordem técnica legislativa.

No que concerne a Emenda Aditiva apresentada pelo Deputado PAES LANDIM, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, a mesma foi retirada de tramitação, não cabendo, portanto, manifestação.

Entretanto, sob o ponto de vista da juridicidade e do mérito, aspectos aqui imbricados, cremos que se a proposição for aprovada haverá, em consequência, a supressão do instituto da tutela antecipada e, bem assim, das medidas cautelares.

